

PODE UMA PÓS-GRADUAÇÃO FAZER GREVE?

Amanda Moreira da Silva, Antonio Carlos Ritto, Deise Mancebo, Denise Barata, Emir Simão Sader, Estela Scheinvar, Esther Maria de Magalhães Arantes, Eveline Bertino Algebaile, Floriano José Godinho de Oliveira, Gaudêncio Frigotto, Katia Maria Teixeira Santorum, Luiz Antonio Saléh Amado, Marise Nogueira Ramos, Pablo Antonio Amadeo Gentili, Rafael Bastos Costa de Oliveira e Raquel Marques Villardi
Professores do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana

A decisão de suspender atividades, de fazer uma greve, sempre é acompanhada pela análise das rotinas consideradas excepcionais, por não poderem ser suspensas. Nessa discussão, os acordos coletivos acontecem em meio a controvérsias, discordâncias, hesitações e mudanças. Porém, historicamente, um tema tempermanecido intocado. Naturaliza-se uma sacralização da pós-graduação, sob o argumento de que – por ser rigidamente avaliada pela agência reguladora nacional (CAPES), que outorga maiores ou menores recursos em função dos resultados que os Programas alcançam – a pós não pode parar.

Trata-se de uma questão que merece ser revista e aprofundada. A não paralisação da pós-graduação, aceita pela maioria dos Programas, mascara uma adesão às métricas da CAPES por meio das quais se fortalece uma hierarquização entre os Programas, e entre os próprios pesquisadores, numa lógica perversa de produtividade que rompe os princípios coletivos, humanos e solidários que deveriam nortear tanto a produção do conhecimento quanto a formação de pessoas; uma lógica que produz efeitos por vezes devastadores sobre os modos de subjetivação e sobre a saúde dos diferentes agentes envolvidos, evidenciando questões que hoje estão no cerne das preocupações de muitos Programas.

Desde a sua implantação, o Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) problematiza essa lógica e relativiza o alcance de seus resultados, de modo que nós, coletivamente, sempre optamos pela adesão e pela participação ativa nos movimentos da Universidade voltados à defesa das instituições públicas e dos direitos de seus trabalhadores.

Localizamos o primeiro registro de participação do Programa nos movimentos grevistas da Universidade no segundo semestre de 2008. O movimento tinha por reivindicação central a carreira, tanto dos docentes como dos técnicos, e recebemos do governo estadual uma resposta

no mínimo evasiva, que acabou por radicalizar a luta. Apesar de termos, na ocasião, apenas três anos de existência, decidimos por unanimidade, em reunião de colegiado, participar da greve com ocupação, ou seja, com comparecimento regular ao Programa para a organização e desenvolvimento de atividades que pudessem ser incluídas no calendário do movimento. Uma programação potente foi organizada, incluindo filmes, debates, um seminário e assembleias.

Em 2012, uma nova grande mobilização na UERJ contou com nossa participação ativa. A Universidade se encontrava em severo grau de abandono, a falta de professores chegava a mais de 50% em algumas unidades acadêmicas, as recorrentes perdas salariais impediam a devida dedicação ao trabalho, além de sermos, naquela altura, a única Universidade pública do país que não contava com o regime de trabalho de dedicação exclusiva. Sem informações claras e convincentes da administração central da UERJ, os sindicatos convocavam trabalhadores(as) e os(as) estudantes também se reuniam para construir estratégias de valorização e respeito à institucionalidade de um patrimônio público de alto reconhecimento acadêmico e comprometido com movimentos sociais. Sem encontrar diálogos e caminhos de negociação, foi decretada uma greve.

A assembleia docente entendeu que não havia condições de manter as rotinas, sendo necessário organizar de forma sistemática as lutas com ampla participação, fortalecendo um movimento que tornasse público o que vivíamos, para pressionar o grupo político que então ocupava o governo do Estado. Assim, nosso colegiado determinou a suspensão de todas as atividades regulares e, com uma profunda e inusitada discussão, levamos à assembleia docente a nossa deliberação: se podíamos suspender atividades da graduação, atingindo maior número de estudantes que os inscritos nas pós-graduações, se retardávamos a conquista do primeiro diploma de nível superior

de milhares de estudantes, tínhamos que acompanhar essa posição na pós-graduação.

Assim como na graduação, ressalvas foram feitas. Se na graduação a colação de grau não foi interrompida (pelo menos em muitas unidades acadêmicas), na pós-graduação, defesas de dissertações e teses seriam mantidas como atividades de greve. Suspendemos as aulas e os trabalhos da secretaria que não fossem entendidos como urgentes. Porém, não queríamos uma “greve de pijama”. Inspirados nas táticas de greve de nossas unidades (já que a pós-graduação interdisciplinar reúne professores de diversas unidades), desenhamos atividades que fortalecessem o movimento, convocando as equipes de trabalho a se mobilizarem. Organizamos coletivamente um seminário, aberto à comunidade, que reunia estudantes e docentes interessados, tendo como tema o movimento que atravessávamos.

Mais uma vez, em 2017, a UERJ se viu em meio a mobilizações de trabalhadores e estudantes, para ter condições de garantir sua produção, como Universidade pública de referência. Porém, 2017 foi um marco pela violência das condições de trabalho, de vida, de luta: o estado do Rio de Janeiro, financeiramente quebrado, chegou ao extremo de deixar-nos quatromeses sem salário, bem como sem o décimo-terceiro salário. Mais uma vez, o colegiado do PPFH decidiu participar ativamente da greve e de suas atividades. Estivemos juntos em movimentos, lutas, passeatas, fomos perseguidos pelas ruas engolindo muito gás tóxico, vimos a polícia adentrar o espaço autônomo da Universidade e entendemos que nosso compromisso com as lutas por garantir o que definimos como “uma Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada” precedia qualquer avaliação institucional.

Naquela oportunidade, nossa paralisação foi total. Suspendemos as aulas, as atividades de secretaria, a emissão de documentos e a maioria das defesas. Todas as atividades que poderiam se configurar como caráter extraordinário eram levadas para deliberação do Colegiado do Programa. Mantivemos as portas abertas e instalamos um Colegiado permanente e aberto, como uma assembleia comunitária, que semanalmente avaliava e deliberava sobre nossas práticas no movimento grevista. Organizamos, novamente de forma coletiva, outro seminário aberto à comunidade, sem caráter disciplinar, reunindo estudantes e docentes interessados, tendo como tema o movimento que atravessávamos.

Em todas essas circunstâncias, tínhamos, é claro, o resultado da próxima avaliação da CAPES, mas também entendíamos que deveríamos nos pautar pelo entendimento de que a UERJ era — e sempre será — maior que o prestígio e até mesmo que a sobrevivência de um Programa.

Contrariamente à ideia de que participar de movimentos seria paralisar nosso trabalho, podemos afirmar que nosso compromisso com as lutas reverberou positivamente. A força dos movimentos sucessivos, desde nossa primeira participação até os dias atuais, rendeu muita potência à nossa produção: artigos continuaram sendo escritos, discussões coletivas em atividades de greve deram suporte a muitas pesquisas, o retorno das greves nos colocava frente ao compromisso de redobrar os esforços para dar densidade ao nosso trabalho atualizá-lo, os contatos com outras equipes nacionais e internacionais foram considerados atividades essenciais e tiveram continuidade.

A despeito de discussões internas com colegas de outros cursos de pós-graduação, que consideravam ameaçador ou inviável aderir às greves e buscavam nos persuadir (e até constranger) para que voltássemos às rotinas da pós-graduação, a resistência da nossa Universidade foi a nossa resistência. Assim, durante esses períodos, nossas conquistas, mesmo que limitadas, tornaram-se fundamentais para termos condições mínimas de dar sustentação ao nosso trabalho, de modo que, em 2013, deixamos o conceito 5 com que inauguramos o curso e alcançamos o conceito 6e, em 2021, atingimos o conceito máximo — 7.

Mesmo com as sucessivas interrupções na dinâmica de nosso trabalho, que determinaram a necessidade de ampliação de muitos prazos, nossa experiência revela que assumir nosso papel na luta por melhores condições de trabalho na Universidade foi fator integrador, que mobilizou, aproximou e intensificou nossa reflexão e, conseqüentemente, nossa produção acadêmica.

Nosso percurso por entre as delicadas tramas que envolvem o fazer em uma pós-graduação e, mais ainda, envolvendo o processo de avaliação e conceituação por uma agência governamental, reafirma para nós uma certeza: uma Universidade pública e de qualidade, seja na graduação ou na pós, não pode prescindir do engajamento político ativo de seus agentes.